RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 08 de Novembro de 2026

CPI da Saúde intensifica ações judiciais para garantir presença de convocados em depoimentos

Comissão reforça medidas legais para assegurar comparecimento em oitivas da investigação sobre contratos na Saúde

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) intensificou, na quarta-feira (1º), os esforços para garantir que os convocados compareçam aos depoimentos. Durante reunião, a comissão analisou recursos jurídicos apresentados pela Procuradoria contra decisões que permitiram que alguns investigados dispensassem sua presença, além de tratar da negativa de habeas corpus à médica Virginia Scaff Gonçalves.

O encontro ocorreu na Sala das Comissões Deputada Sarita Baracat, sob coordenação do presidente Wilson Santos (PSD), acompanhado pelos deputados Eduardo Botelho (MDB) e Chico Guarnieri (PSDB), bem como pelo procurador institucional Francisco de Brito.

Wilson Santos informou que a Procuradoria recorreu judicialmente contra as decisões que concederam habeas corpus preventivos, tornando opcional o comparecimento. O objetivo central é assegurar que todos os convocados compareçam aos esclarecimentos, preservando integralmente os direitos constitucionais. O deputado enfatizou que o andamento investigativo não sofre comprometimentos, visto que o acervo documental é volumoso e os depoimentos constituem uma das fases conclusivas.

De acordo com o parlamentar, está previsto para o início de agosto a apresentação de um relatório preliminar consolidando as descobertas obtidas até então. Wilson reafirmou o compromisso da comissão em buscar suporte judicial quando necessário para viabilizar os comparecimentos, destacando que os depoimentos funcionam simultaneamente como ferramenta investigativa e oportunidade para que os convocados apresentem suas versões e exerçam o direito de defesa com as proteções constitucionais.

Francisco de Brito, procurador da ALMT, esclareceu que os recursos questionam especificamente a questão da obrigatoriedade de presença, mantendo íntegros os direitos ao silêncio, assistência jurídica e acesso à documentação investigativa dos convocados.

O presidente também comunicou a decisão do desembargador Marcos Machado denegando o habeas corpus preventivo de Virginia Scaff Gonçalves, convocada para esclarecer contratos celebrados com a Secretaria Estadual de Saúde durante o período sob investigação.

Segundo o procurador, a publicação da decisão ocorreu na quarta-feira, não tendo a convocada sido formalmente notificada. Uma nova data será agendada para seu depoimento. Francisco de Brito observou que a condução coercitiva não se aplica aos investigados, sendo aplicável apenas às testemunhas que deixarem de comparecer injustificadamente.

A próxima sessão da CPI será realizada em 8 de julho, às 14 horas, no mesmo local.